

JOSÉ ANTONIO DE ANDRADE NETO

RISCO BRASIL: Para onde vai esse País?

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Controladoria.
Orientação: Prof. Vicente Pacheco.

**CURITIBA
2003**

RESUMO

NETO, José Antonio Andrade de. RISCO BRASIL: Para onde vai esse País?

Existe um indicador que mostra a confiança que os investidores tem num país na hora de enviar seus recursos. Para quem não conhece, chama-se "premio de risco", que é medido em pontos. Na prática, são os juros que os investidores cobram para emprestar dinheiro ao país comprando títulos. Se a saúde econômica não vai bem, as regras mudam a todo o momento, não há estabilidade política, o "premio de risco" sobe. Quanto mais alto o indicador, menor a confiança dos investidores na capacidade de o país honrar suas dívidas. E isto não assusta só investidores, mas também consumidores, prejudicando a atividade produtiva e por consequência a economia do país.

Algumas ações têm sido desencadeadas no sentido de aprimorar o sistema Previdenciários e Tributário, entretanto nenhuma foi capaz de trazer uma solução à altura do problema. A questão é grave e o governo e a sociedade deve encontrar a melhor solução. A mudança no conjunto de leis e regras que regulam o funcionamento da atividade do setor privado e público, contribuirá diretamente no "Custo Brasil".

Portanto o "prêmio de risco" é um indicador importante porque tem força para mexer com a bolsa, o câmbio e os juros, em síntese, toda a economia brasileira.

Palavras chaves: Reforma Previdenciária, Reforma Tributária, Risco Brasil, instabilidade economica, competitividade, recessão, credibilidade e déficit público.

ABSTRACT

Risk Brasil: Where is going this Country?

There is an indicator that shows the trust that the investors have in a country on the time to send their money. For those that do not know this term, it calls "premium of risk", measured by points. In fact, it is the interest charged by the investors to lend money to country buying bonds. If the economic healthy is not well, the rules change in each every moment, there is no politics stability, the "premium of risk", increase. The highest indicator, minor is the confidence of the investors in the capacity of the country to honor its debts. And this does not only scare investing, but also consuming, harming the productive activity and for consequence the economy of the country.

Some action has been unleashed to improve the Tributary and Social Welfare System, meanwhile none of them was capable to bring up any solution up to this problem. This a very serious matter and the government ant the society has to work together to find out the best solution. The change on the law whole and the rules that makes the activity of the private and public department works out, it will help directly on the "Risk Brasil".

Thus the "premium of Risk" is an important indicator because it has the necessary strength to affect with the stock, the exchange and the interest, it means, all the Brazilian economy.

Key Words: Pension changes, Tax Changes, Brazil Risk, economic instability, competitiveness, contraction, credibility and public deficit.

ÍNDICE

RESUMO	II
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	3
3. DESENVOLVIMENTO	4
3.1 Indicadores que afetam a Economia.....	4
3.2 Reforma Previdenciária.....	8
3.3 Repartição x Capitalização.....	22
3.4 Reforma Tributária.....	26
3.5 IVA.....	35
3.6 Reformas x Risco Brasil.....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
5. BIBLIOGRAFIA	42

1. INTRODUÇÃO

“Risco”: esse indicador que é medido em pontos, mostra a confiança que os investidores tem em um país na hora de fazer seus investimentos, em síntese, é a certeza ou falta de certeza, que os investidores internacionais vêem se um país vá honrar seus compromissos. Definimos esse indicador como um termômetro que mostra a saúde financeira de um país. Mas para o nosso país, esse indicador “Risco Brasil”, caracteriza-se pela instabilidade econômica em que as classes empresariais e trabalhadoras vivem, passando de um curto período de tempo, de um estado de euforia para as incertezas da recessão econômica. Toda essa instabilidade hoje, são frutos de uma desorganização causado pelo Sistema Previdenciário e Tributário, o primeiro aumenta a cada dia o rombo do setor público, o segundo onera os produtos pela cumulatividade de tributos como o PIS, Cofins e a CPMF.

A agenda política na última década se ocupou de exaustivos debates sobre reformas constitucionais que contemplassem a estabilidade econômica. O combate a inflação esta exigindo reformas profundas na organização do País. Há consenso de que são necessárias, para consolidar a estabilidade econômica, reformas como a da Previdência e Tributária. Estas reformas são fatores fundamentais e vitais para o crescimento econômico, gerando empregos, investimentos e o aumento da produção, contribuindo assim, para reduzir diretamente o “Custo Brasil”.

Os crescentes problemas de financiamento, acarretado pelo aumento do fluxo de pagamentos de benefícios em proporção superior ao ingresso de recursos, têm levado o governo brasileiro a iniciar mudanças estruturais no sistema Previdenciário. Os déficits constantes a partir de 1995 enfatizam a necessidade da reforma, que tende a agravar ainda mais, essa situação hoje considerada “calamitosa”.

A premissa da reforma é a da equidade, entendida como um conceito de justiça que rejeita a igualdade formal, mas que assegura a igualdade social. Ampliar recursos para investimentos, recuperar os benefícios dos que ganham menos, e controlar, através de um teto, os abusos e distorções, são objetivos de uma ampla reforma Previdenciária, pois representa a única maneira de controlar o déficit público brasileiro.

O formato atual de nossa legislação Tributária retira de nossa economia o poder de competição. A tributação brasileira onera por demais o setor produtivo e, é preciso urgentemente alterar o caos tributário que retira a competitividade da economia, encarecem os produtos, descapitaliza empresas, barra o investimento e impede o crescimento de emprego. Nos últimos 10 anos a carga tributária teve um aumento impressionante, o equivalente 11,4% do PIB. O PIS e a Cofins, chamados de impostos em cascata, é cobrado em cada uma das etapas produtivas, o que significa dizer que poderá ser taxado várias vezes. Portanto, contribuições como o PIS e a Cofins, e o aumento da carga tributária, se tornou questão de sobrevivência, principalmente para as pequenas e médias empresas.

Num regime em que as empresas lutam para sobreviver, e o cidadão luta para manter o seu emprego, é inadmissível que o governo bata recorde de arrecadação. Com certeza isto desorganiza totalmente nossa economia.

2. METODOLOGIA

Dentre as diversas metodologias existentes, utilizarei a pesquisa-ação, tendo em vista tratar-se de um tema muito abrangente, que está relacionado diretamente a economia brasileira, quais perspectivas e ações tomadas para o fortalecimento de nossa economia.

A pesquisa será feita tendo como base em bibliografia adiante descrita e outras que poderão ser acrescentadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. A princípio, a decisão pela escolha de tais obras para pesquisa deve-se ao fato da relevância que tais obras e autores tem no objeto da pesquisa.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. ÍNDICADORES QUE AFETAM A ECONOMIA

O risco Brasil caracteriza-se pela gangorra permanente em que vivem as classes empresarial e trabalhadora, em curto período de tempo, do estado de euforia e de crescimento para as incertezas de recessão econômica. O principal causador dessa instabilidade macroeconômica é o crescente déficit do setor público.

Mostrar que além de aplicar os recursos arrecadados no seu principal objetivo, também deverá o Brasil passar por reformas para que haja credibilidade de seus investidores externos. Para tanto duas reformas são extremamente necessárias, são elas: reformas da Previdência e reforma Tributária.

A reforma Tributária é fundamental para a competitividade das empresas e da economia. A reforma da Previdência representa a única maneira de controlar o déficit público brasileiro, e isso seria tão importante quanto a primeira, pois sinalizaria um avanço estrutural na situação das contas públicas.

Mas para Peter Woicke, vice-presidente executivo do **IFC – International Finance Corporation**, o *“governo tem uma oportunidade de ouro para mostrar que o Brasil pode sair finalmente do grupo de mercados emergentes, combinando reformas estruturais com uma melhor distribuição de renda”*.

A existência do indicador que mostra a confiança que os investidores internacionais tem num país na hora de enviar seus recursos, para quem não conhece, chama-se “prêmio de risco”, que é medido em pontos, J.R. Guzzo (Exame/10 de julho de 2002).

“Ele é calculado diariamente em Nova York, traduzido em pontos e utilizado para se medirem os riscos que corre para quem quer investir no mercado de títulos brasileiros, uma espécie de “nota” que nossa economia recebe a cada 24 horas. Ficamos notificados, por essas contas, que umas das coisas mais estúpidas que um ser humano pode

fazer hoje em dia é investir no Brasil. É tão ou mais arriscado que investir na Nigéria, por exemplo, ou em lugares ainda piores. Num país assim, na verdade, não daria para se aplicar sequer numa caixinha de chicletes”

Esse risco Brasil, que faz tanto barulho a cada dia, é calculado por meia dúzia de rapazes que trabalham no banco JP Morgan, em Wall Street, e não saberiam dizer se o Brasil fica na África ou Ásia. “Brazil”, para eles, são seis letras que aparecem na tela de seus computadores. E o risco que atribuem à economia do país é o resultado de uma fórmula matemática que leva em conta, para simplificar as coisas, qual é a remuneração final de que um investidor está exigindo naquele dia para aplicar em papéis brasileiros. Quanta mais alta ela for, mais pontos terá o Brasil. Esses investidores, pelo que se tem visto, estão achando que só a perspectiva de ganhar muito dinheiro compensaria o risco nesse momento um título brasileiro.

Essa imagem manchada pelo índice causa grandes danos ao país, pois, além de seu impacto no mercado financeiro, desestimula até mesmo investidores diretos, que viriam aqui com suas empresas para produzir e vender, desenvolvendo atividades que, na realidade, só muito poucos indiretamente seriam afetadas pelo que se passa com o ITME (Índice de Títulos dos Mercados Emergentes). Pela mídia, o noticiário negativo com a mensagem simplista de “risco Brasil”, também penetra no país, onde assusta investidores e consumidores, prejudicando a atividade produtiva. Entre outros prejuízos para o Brasil, isso aumenta a dívida pública interna, pois parte dela é indexada ao dólar, que com a repercussão negativa dispara a moeda.

Na prática, são os juros que os investidores cobram para emprestar dinheiro ao país comprando títulos. Se a saúde econômica não vai bem, as regras mudam a todo o momento, não há estabilidade política, o “prêmio de risco” sobe.

Mesmo com indicadores positivos de nossa economia, o risco Brasil, indicador de solvência empregado pelo mercado financeiro lá fora, que nos colocaram e ainda nos coloca no mesmo “saco” de nações com finanças em “pandarecos”, como a Argentina, Uruguai e mesmo a Nigéria.

Trata-se, em suma de uma comparação equivocada, aliada aos sinais positivos pelo novo presidente e sua equipe, a atuação exemplar na transição política comandada

pelo ex-presidente FHC e o apoio irrestrito do Executivo. Somados tais sinais em um ambiente econômico mais calmo, o dólar caiu de quase 4,00 Reais no fim de 2002 para 2,80 reais no início de Junho de 2003. O risco Brasil, medida de desconfiança do investidor no país, caiu de um pico de 2.400 pontos para cerca de 700 pontos. É o caso da Argentina nesse momento um país entregue à sua própria sorte. O prêmio de risco do vizinho passou dos 5.000 pontos. É altíssimo. Significa que o país tem de pagar juros 50 vezes mais alto que nos EUA para tomar dinheiro no mercado. País este que oferece risco de calote quase nulo para o investidor, por isso pagam juros muito baixo nos seus títulos – 1,75% ano.

Para países que dependem do capital externo para fechar as contas no final do ano, esse indicador ganha bastante importância. O Brasil está nessa lista e por enquanto vem se saindo muito bem. O Brasil recebeu mais de US\$ 23 bilhões de investimento direto estrangeiro nos 12 meses entre abril de 2001 e abril de 2002 e calcula-se, que US\$ 20 bilhões pousarão no país este ano apenas em investimentos diretos. O que nos coloca entre os cinco ou seis países que mais recebem investimento externo em todo mundo.

Porém além de todos esses fatores um em especial que pode elevar o “prêmio de risco” de uma nação é a troca de Presidente, que acaba por deixar no escuro um segundo risco Brasil, que não é medido em Wall Stret não se encaixa em nenhum sistema de pontos e se destina a algo muito diferente: dar as empresas elementos concretos para decidirem se vão abrir novas fábricas ou novas operações na área de serviços no Brasil, ampliar as que já existe, comprar companhias, lançar produtos, adquirir máquinas, investir no aumento da sua produtividade ou na sua capacitação tecnológica. Dispõe-se a correr o segundo risco Brasil quem trabalha com a economia real do país e, ao inverso do primeiro ele tem se mostrado que o Brasil continua sendo um dos melhores lugares do mundo para investir em atividades ligadas à produção.

Este segundo risco é calculado por funcionários de empresas, nacionais ou de fora, que sabem perfeitamente o que é o país e como funciona sua economia, portanto se calcularam direito o risco Brasil, há um prêmio real, se calcularam errado, há um castigo real.

Se a expectativa é que se eleja um presidente que mude completamente as regras do jogo, quebre contratos já estabelecidos, tome medidas consideradas populistas (como gastança generalizada), todas que possam ameaçar a estabilidade econômica, a tendência é que o “prêmio de risco” suba. No Brasil, nenhum dos candidatos se apresentou com um discurso assim e, estamos vendo na prática que nos primeiros meses de Governo do Presidente Lula que sua administração está estabelecido na coerência de seus discursos.

O problema, para todos, é que o risco Brasil definido pelo JP Morgan para a área financeira tem consequências que vão muito além do mercado secundário de papéis brasileiros. Esse tipo de avaliação tem afetado diretamente o câmbio, empurrando o dólar cada vez mais para cima diante do real, o que pressiona a inflação, dificulta a queda de juros, trava as decisões de negócio e acaba, assim. Por gerar efeitos negativos na economia real. Até quando se vai viver assim? Pode ser que as coisas mudem e a soma de realidades positivas da economia brasileira venha trazer um maior equilíbrio na percepção que os mercados financeiro têm do Brasil.

Atualmente, o prêmio de risco do Brasil está na casa dos 700 pontos. Não é tão alto, mas também não é nenhuma maravilha. O México e o Perú considerado países emergente parecido com o Brasil, tem um prêmio de risco na casa dos 260 e 484 pontos. Mas pelo menos o mercado conhece o pensamento econômico desse governo.

Portanto o “prêmio de risco” é um indicador importante porque tem força para mexer com a bolsa, o câmbio e os juros, em síntese, toda a economia.

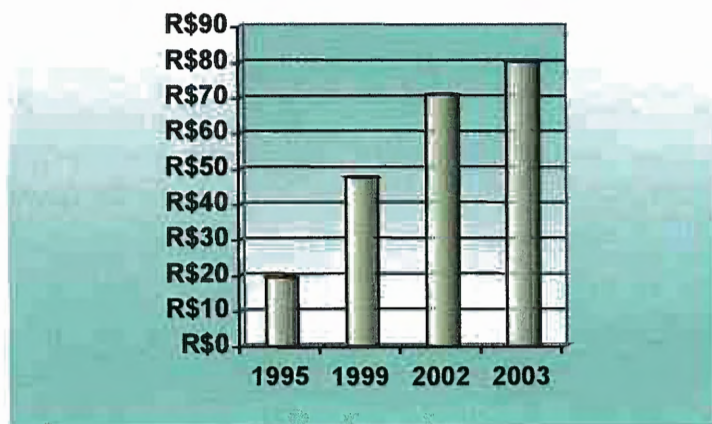
Para que nossos investidores tenham credibilidade em nosso país, temos que primeiramente adquirir sua confiança. E para isto o governo terá que em curto prazo mostrar que existe possibilidade de fazer as reformas necessárias, principalmente a Previdenciária e a Tributária. Mas como fazer isso? Reformas que para a maioria dos brasileiros poderia ser uma esperança, de que no futuro estaria com uma vida social mais digna.

3.2 REFORMA PREVIDÊNCIARIA

Hoje trabalhadores com carteira assinada ganham em média R\$ 500,00 com um desconto médio em seus salários para a previdência de 10%, irão se aposentar no máximo com R\$ 400,00. Não seria problema para a previdência administrar esses recursos, não fosse ter que administrar altíssimas aposentadorias de funcionários que ganham de R\$ 20.000,00 até R\$ 30.000,00 bancado pelo dinheiro público. Para se ter idéia só no Executivo Federal 10.600 funcionários ganham acima de R\$ 10.000,00, enquanto que a maioria dos aposentados, ou seja, 66% não ganham mais que dois salários mínimos R\$ 480,00. Esse ano o déficit previdenciário só com o setor público está calculado na casa dos R\$ 53,8 bilhões. De 1950 para 2000, pessoas com mais de 60 anos passou de 3,5% - 2.321.000, para 8,5% - 14.536.000, da população.

Vimos que vivemos em um país que gasta duas vezes mais do que arrecada, em 1995 o rombo da Previdência já era de R\$ 19,5 bilhões, 1999 algo em torno de R\$ 45 e R\$ 50 em 2002 chegou a R\$ 70,8 bilhões, e a previsão para este ano 2003 é de R\$ 80,1 bilhões.

Gráfico demonstra em R\$ bilhões o rombo da Previdência de 1995 até 2003. Elaborado pelo autor.



A tabela a seguir descreve a receita, a despesa e o valor do financiamento necessário para cobrir a previdência no Regime Geral e no Regime dos servidores Públicos. Os

valores abaixo são expresso em bilhões de reais e têm como proporção percentual do Produto Interno Bruto – PIB de 2001 a 2003.

Em 2002 a necessidade de financiamento da previdência foi de R\$ 70,8 bilhões, sendo R\$ 17, 0 bilhões do RGPS e R\$ 53,8 bilhões da Previdência dos servidores públicos. Para 2003, estima-se que a necessidade de financiamento chegue a R\$ 80,1 bilhões.

Receita, despesa e Necessidade Financiamento do Regime Geral da Previdência e Regime dos Servidores Públicos (em R\$ bilhões e como proporção do PIB – 2001 a 2003)

I - Regime Geral - INSS	(12,8)	(1,1)	(17,0)	(1,3)	(23,8)	(1,5)
Contribuições (Arrecadação Líquida)	62,5	5,2	71	5,5	81,6	5,1
Benefícios Previdenciários	75,3	6,3	88	6,8	105,4	6,6
II - Previdência dos Servidores Públicos	(50,1)	(4,2)	(53,8)	(4,1)	(56,3)	(3,5)
Contribuições	6,3	0,5	7,2	0,5	7,7	0,5
Despesas com inativos e Pensionistas	56,4	4,7	61	4,6	64	4
União	(25,9)	(2,1)	(28,7)	(2,1)	(30,0)	(1,9)
Contribuições	2,2	0,2	3	0,2	3,6	0,2
Despesas com inativos e Pensionistas	28,1	2,3	31,7	2,3	33,6	2,1
Estados	(21,0)	(1,8)	(21,8)	(1,7)	(22,7)	(1,5)
Contribuições	3,6	0,3	3,7	0,3	3,7	0,2
Despesas com inativos e Pensionistas	24,6	2,1	25,5	2	26,4	1,7
Municípios	(3,2)	(0,3)	(3,3)	(0,3)	(3,4)	(0,2)
Contribuições	0,5	0	0,5	0	0,5	0
Despesas com inativos e Pensionistas	3,7	0,3	3,8	0,3	3,9	0,2
Total	(62,9)	(5,3)	(70,8)	(5,4)	(80,1)	(5,0)

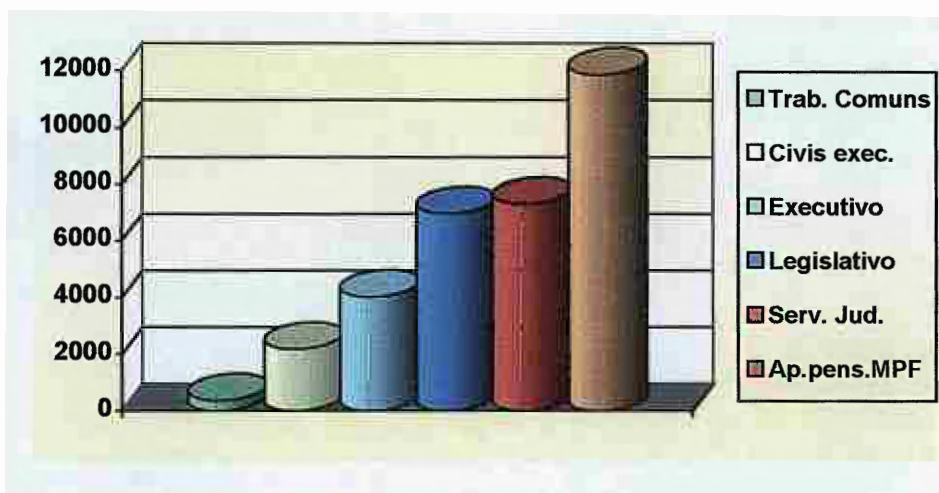
Fontes: MPS, MF/SRF, MF/STN, MPOG/Boletim Estatístico de Pessoal; INSS; PLOA 2003 e MF/MPOG/Reprogramação orçamentaria 2003.

É um numero impressionante. A maior parte do rombo que o país está bancando vem do pagamento das pensões e aposentadorias do setor público. Essa diferença entre o que o setor público gasta e arrecada com o pagamento de funcionários públicos inativos chegou a quase R\$ 54 bilhões em 2002. Gastamos tudo isso para pagar aposentadorias para pouco mais 2,5 milhões de servidores inativos ou parentes. Já

com a imensa maioria da sociedade brasileira – a diferença entre o gasto e a receita equivale a um terço do rombo com os funcionários públicos: R\$ 17 bilhões. Com esse valor, o INSS pagou muito, mas muito mais gente mesmo. Foram benefícios para mais de 23,8 milhões de brasileiros. Uma das diferenças entre o que se gasta com funcionários públicos e trabalhadores comuns é o valor das pensões e aposentadorias. Entre trabalhadores comuns, a média dos benefícios hoje é de R\$ 374.

Entre os funcionários públicos, a média varia: R\$ 2.171 para civis do poder executivo, R\$ 4.024 para militares, R\$ 6.969 para servidores do poder legislativo, R\$ 7.308 para servidores do poder judiciário e R\$ 11.862 nos casos de aposentados e pensionistas do Ministério Público Federal. A reforma Previdenciária tem a ver com privilégios. Com aposentadorias de mais de R\$ 20, R\$ 30 mil, bancadas pelo dinheiro publico. E garantidas por lei. Uma minoria que contribuiu com muito pouco para um benefício tão grande.

O gráfico abaixo demonstra a disparidade da media salarial, para civis do poder executivo ao aposentados e pensionistas do Ministério Publico federal. Elaborado pelo Autor.



Só no executivo federal, 10.600 funcionários e pensionistas recebem benefícios acima de R\$ 10 mil – mais do que a o salário do presidente da República. E o mesmo tesouro nacional paga apenas um salário mínimo para 66% dos aposentados do país, cerca de 14 milhões de pessoas assistidas pelo INSS.

Hoje temos família de militares que recebem a pensão vitalícia 132 anos depois da guerra, Só os militares que ingressaram na carreira após 2000 não deixam a pensão vitalícia para as filhas. Este benefício, que as filhas de militares tem direito foi criado na época da Guerra do Paraguai. O governo previa baixas no conflito, e por isso estabeleceu uma garantia para as famílias dos combatentes. Segundo o Ministério do Planejamento, o governo gasta por ano, R\$ 6,9 bilhões com militares aposentados e menos, R\$ 6,8 bilhões, com militares da ativa.

Economista José Márcio Camargo, entrevista ao Jornal Nacional em 08/01/2003, relatou, *“na evolução que estamos hoje, se nada for feito, muito provavelmente em 20 anos o sistema é inviável do ponto de vista fiscal”*..

E a história tem mostrado que o problema se agrava não só na administração pública . Em 1950, havia 80 funcionários públicos e trabalhadores comuns na ativa pra cada 10 aposentados. Hoje, são apenas 12 trabalhadores pra cada 10 inativos – uma relação que já é quase de um para um. A reforma da Previdência tem a ver com o futuro.

É preocupante, mas também é resultado de uma coisa boa: nossa expectativa de vida aumentou, os homens vivem, em média, 67 anos; as mulheres, 73. Em praticamente todo o mundo, as pessoas vivem mais. E as populações crescem menos. Mais aposentados e, proporcionalmente, menos trabalhadores na ativa. Por isso o problema atinge todos os países – inclusive os mais ricos.

As projeções são que, daqui a 40 anos, o país terá 60 milhões de aposentados. E se nada for feito até lá, o rombo nas contas públicas pode chegar a R\$ 115 bilhões ao ano. Agora como ser justo com quem se aposentou, sem penalizar quem vai se aposentar.

Até o Plano Real, o Brasil escondia uma infinidade de problemas latentes do país. Desequilíbrios se acumularam durante décadas, graças à anestesia inflacionária. Era como se não existissem aos olhos menos atentos. E o Brasil foi se acostumando a esse jogo de faz-de-conta, embora os problemas só crescessem e se tornassem mais permanentes. A estabilização inverteu esse jogo. Desde de meados de 1994, os esqueletos estão, um a um, saindo do armário. A boa notícia é que sem enxergá-los não dá sequer para começar a pensar em soluções. Agora isso já é possível. A má

notícia é que a magnitude dos problemas assusta. Há, em particular, um iceberg que se destaca dos demais. Por seu tamanho, pela complexidade do tema, pela dificuldade das soluções. Chama-se Previdência Social.

Como vimos anteriormente a disparidade dos valores pagos aos aposentados e a expectativa de vida, esses problemas, aliados a má administração dos recursos arrecadados, representa o coração do déficit público brasileiro. É um daqueles enormes problemas que afunda qualquer "titanic". Na definição do Economista americano Martin Feldstein (Exame pag. 180, 17/11/1999), "*O déficit da previdência é o maior problema do país, capaz de liquidar a estabilização econômica*".

Por um motivo simples, bolha de crescimento já existiram várias na história do país. Voltemos a 1986 na época do cruzado. O país teve um crescimento espetacular naquele ano. Em poucos meses, estava de volta a estagnação e a inflação. Qual o motivo? Pelo simples fato de que o crescimento daquele ano não ter sido sustentável. O país não garantiu as condições que ele prosseguisse em 1987, 1988 e daí em diante.

A situação atual, embora mais sólida, guarda alguma semelhança. Sem um ajuste profundo das contas públicas, não há como manter a estabilidade. O economista Edmar Bacha, associado ao banco BBA e um dos integrantes do grupo que se reuniu, sob o comando de André Lara Resende na época presidente do BNDES, para estudar o problema da Previdência disse, que "*a grande fragilidade do Real foi à ausência de um ajuste fiscal profundo desde o início, sem emendas*", que mais recentemente ao deixar o governo o ex-presidente FHC confirmou, que seu arrependimento era não ter feito as principais reformas. Tributária e Previdenciária.

Porém é verdade que o governo Lula vem se esforçando nesse ponto desde que assumiu o governo. E se o governo não conseguir resultados profundos nesse campo, teremos a volta da inflação ou a bancarrota do país. É matar ou morrer.

A velocidade com que vem crescendo essa conta é extremamente preocupante. Vejamos. Em 1988, o sistema de aposentadoria para os trabalhadores da iniciativa privada tinha um superávit de R\$ 13 bilhões. Hoje há um déficit de quase R\$ 17 bilhões. Ou seja, em 15 anos a conta cresceu R\$ 30 bilhões. Carlos Kawall, economista chefe do Citibank (Exame, 17/11/1999, pág. 175) concorda e define assim, "*Isso lembra um pouco aqueles jogos de pirâmide, que estão sempre crescendo*",

É por isso que a previdência é chamada de conta em aberto: ninguém sabe ao certo onde esse déficit vai parar. O que se sabe é que se nada for feito à dívida do governo com os aposentados se tornará impagável em pouco tempo. Portanto é própria sobrevivência da estabilidade econômica que está em jogo. Infelizmente, a sociedade brasileira não entendeu a extensão do problema da Previdência e, isso tudo tende a piorar antes que haja uma real solução.

Um primeiro aspecto do problema é puramente conceitual. O que é contribuição previdenciária? É um seguro que as pessoas pagam ao longo da vida pelo “risco” de sobreviverem após seu período no mercado de trabalho. André Lahóz, (Exame, 17/11/1999, pág. 174). *“A previdência deveria ser encarada como uma poupança que se acumula durante décadas para ser usufruída nos anos finais. Em tese, o valor presente das contribuições deve ser igual ao valor presente das aposentadorias de cada pessoa. Infelizmente, isso não é óbvio no Brasil. Por haver, uma enorme confusão entre Previdência e Assistência.*

Isso porque nas contas brasileiras, elas aparecem misturadas, juntamente com a saúde, nos gastos da Seguridade Social.

Mas é importante reconhecer que são coisas diferentes. Assistência social é o que se gasta, em geral com os mais pobres, programas de distribuição de produtos, serviços ou dinheiro, sem nenhum tipo de exigência financeira por parte dos beneficiários. É o caso, por exemplo, da distribuição de cestas básicas, vale gás, bolsa escola e outros existentes. Em um país pobre como o Brasil, programas desse tipo são importantes e bem-vindos.

Mas é preciso não confundi-los com outros tipos de gastos. A previdência não é assistência, e seus objetivos são diferentes. É claro que, em qualquer país, os regimes de Previdência têm algum efeito redistributivo, pois se admite uma aposentadoria mínima abaixo da qual ninguém pode ficar. Com isso, há espaço para um certo assistencialismo àqueles que, mesmo tendo contribuído ao longo da vida, não acumularam o suficiente para o mínimo.

Mas esse efeito é aspecto menor na maioria dos países. No Brasil, há uma inversão completa. O sistema é montado de forma que contribuições acumuladas e aposentadorias a serem pagas não têm nada a ver uma com as outras. A partir de uma

certa idade, todos têm o direito de receber uma aposentadoria a despeito de quanto foi pago ao sistema. O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e um dos responsáveis pelo acompanhamento da Previdência, Edward Amadeo, (Exame, 05/09/2001, pág. 42) diz, "*Nunca houve a preocupação com o equilíbrio entre o que se paga e o que se vai receber no futuro*". Um bom começo para tratar do problema da Previdência é reconhecer essa mudança conceitual: aposentadoria não é dinheiro a ser dado de presente a ninguém, exceto para os realmente pobres. Os demais devem receber correspondente a quanto acumulam.

O mais grave em toda essa história é que essa confusão conceitual não tem servido para favorecer os mais pobres. Ao contrário, o que se vê é que pessoas com salários mais altos acabam favorecidas na hora de se aposentar. Isso mostra como os mais ricos tendem a ter aposentadorias ainda mais polpudas, aumentando sua distância do mais pobres.

No Brasil, há dois regimes de previdência: um para trabalhadores do setor privado e outro para os serviços públicos. Em nenhum dos casos há o que os especialistas chamam de equilíbrio atuarial, ou seja, a correspondência entre o que se paga e o que se recebe no futuro. Mas para os trabalhadores da iniciativa privada têm um limite hoje de R\$ 1.255 mensais em suas aposentadorias. No caso dos servidores públicos, o que se conta é o último salário. Absolutamente, não estamos dizendo aqui que a Previdência é o único responsável pela má distribuição de renda no país. O problema é que ela acentua essas disparidades. As diferenças entre o setor público privado e público resultam em um peso ainda maior para os aposentados do setor público no rombo total. O gigantesco déficit de R\$ 70,8 bilhões da Previdência é dividido entre R\$ 53,8 bilhões no setor público e R\$ 17 bilhões de reais correspondentes ao INSS. Essa diferença ocorre apesar de existirem um pouco mais de 2,5 milhões de aposentados no setor público e cerca de 23,8 milhões de aposentados no setor privado.

Essa situação calamitosa é resultado de uma série de distorções. Talvez o maior exemplo seja a ausência de uma idade mínima na hora da aposentadoria. Até a década de 50 podia se aposentar quem completasse 50 anos. Em 1960, a data limite subiu para 55 anos. Só que, em 1962, o limite de idade caiu.

Prevalece desde então (Constituição de 1988), um outro tipo de cálculo: a aposentadoria, por tempo de serviço. Isso que dizer o seguinte: quem tenha trabalhado 35 anos ou 30 no caso das mulheres, pode se aposentar qualquer que seja sua idade. Isso explica uma quantidade enorme de aposentadorias precoces no país. Imagine o exemplo de alguém que começou a trabalhar aos 15 anos. Aos 50 anos ainda no auge de sua capacidade produtiva, poderá se aposentar.

Reinhold Stephanes,(PREVIDÊNCIA SOCIAL - uma solução gerencial e estrutural, 1993, pág. 149). *“A aposentadoria deve ser concedida por perda da capacidade laborativa. Entretanto, o que se verifica são as aposentadorias precoces exatamente dos profissionais cujas atividades exigem maior habilidade intelectual, sendo, normalmente, altamente produtivas na faixa dos 40 a 60 anos de idade”*.

Só para que se tenha uma idéia, muitos países europeus, bem mais ricos do que o Brasil, não permitem que ninguém se aposente antes dos 65 anos de idade. Segundo Edmar Bacha , *“E hoje esses países estão discutindo a ampliação dessa data para 70 anos”*.

Segundo um estudo do governo americano , apenas oito países tinham aposentadorias por tempo de serviço em 1995: Brasil, Benin, Egito, Equador, Irã, Iraque, Itália e Kuwait. De lá para cá, só quatro mantiveram o sistema: Brasil, Equador, Irã e Iraque, os dois últimos os maiores produtores de petróleo do mundo, por isso, podem bancar aposentadorias de pessoas ainda jovens. Carlos Kawall, economista chefe do Citibank. (Exame, 17/11/199, pág. 175) *“Só não dá para entender o que o Brasil faz no meio desse grupo”*.

Más há outros agravantes. Várias categorias profissionais conseguiram, ao longo dos anos, reduzir ainda mais o numero de anos necessários para requerer uma aposentadoria. Por exemplo, há uma regra especial para professores, outra para militares e outra para profissões em que há risco à saúde. O resultado é que há no país pessoas que se aposentaram com 36 anos, legalmente, sem nenhum tipo de fraude. É importante ressaltar que os funcionários públicos não são os vilões dessa história, elas estão apenas cumprindo as regras hoje existentes. A questão é uma só: o país tem dinheiro para manter essas regras, sem que haja de imediato uma reforma?

Uma confusão freqüentemente feita diz respeito à expectativa de vida do brasileiro. Alguns argumentam que, como vive em média menos tempo, não seria justo exigir muitos anos de trabalho. Exemplo: a expectativa de vida hoje é de 67 anos. Se fosse exigida uma idade mínima de 60 anos, as pessoas teriam apenas 7 anos para gozar a vida após pararem de trabalhar. Isso seria ainda pior para os mais pobres, que vivem menos.

Mas como vem crescendo cada vez mais o número de idosos, talvez, a expectativa esteja ultrapassando os 67 anos de vida, bastamos rever as estatísticas da previdência em 1995 de que, um homem com 60 anos, tinha uma expectativa de vida de 75 anos.

O Brasil, que por muito tempo era lembrado como país das crianças, tem hoje uma população com mais de 14 milhões de habitantes com 60 anos ou mais, representando 8,5% da população. Esse percentual deve dobrar nos próximos 20 anos. O impacto dessas mudanças é muito grande em vários setores, principalmente na economia.

Outra excentricidade brasileira é o acúmulo de aposentadoria e salário. Uma vez que a pessoa tem idade para se aposentar, ela pode fazê-lo sem que seja obrigada a parar de trabalhar, com restrição para o servidor público: ele não pode se aposentar e continuar no serviço público. Mas pode ir buscar trabalho no serviço privado. Nos Estados Unidos, uma porcentagem de cada dólar que um aposentado ganha no mercado de trabalho é descontada de sua aposentadoria. A partir de certos níveis salariais, a aposentadoria é inteiramente anulada.

O Brasil também é caso isolado quanto a mais um aspecto: o de permitir aposentadoria de valor correspondente aos salários da ativa, em especial para funcionários públicos, fontes do superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do BNDES, *Kaizô Beltrão*, umas das maiores autoridades no assunto.

Na verdade, o aposentado do setor público recebe mais do que o trabalhador da ativa, pois ganha o correspondente ao último salário e para de pagar a contribuição de 11% à Previdência. Ou seja, vale a pena aposentar. Para piorar, os aumentos de salário da ativa são imediatamente incorporados às aposentadorias, embora teoricamente uma coisa nada tenha a ver com a outra. Em países muito mais ricos que o Brasil, é absolutamente normal que os aposentados ganhem menos que nos últimos

anos de trabalho. Na Alemanha, por exemplo, os servidores recebem no máximo 70% do último salário. No caso da França o teto é 75% e, mesmo assim lá a situação é caótica e, se não houver uma reformulação do sistema Previdenciário, especialistas acreditam que no máximo 15 anos a França estará com sérios problemas em sua economia.

Para completar o quadro, há toda uma história de mau uso do dinheiro da Previdência. Economista Mônica Baer, (Isto é, 01/2001). *“Até há pouco tempo ninguém sequer conhecia os números”*.

O dinheiro era mal administrado e existia uma enorme possibilidade de fraudes. Além de pouco eficiente a máquina previdenciária é muito cara, o que só agrava o rombo. As contas sugerem que os custos administrativos consumam 15% das estimativas receitas, contra 1% nos Estados Unidos. Somente nos anos recentes houve uma preocupação maior com a reorganização da máquina.

Essa série de distorções do sistema brasileiro torna a previdência muito mais cara aqui do que em outros países, gasta o dobro da Europa e, comparado com os Estados Unidos, o Brasil gasta muito mais que o dobro.

Alguns fatos recentes ajudam a explicar esse gasto. O primeiro é a Constituição de 1988. Ainda está por ser calculado o custo de uma série de alterações introduzidas naquela data. Para a previdência, o mais grave foi à criação do Regime Jurídico Único, que igualou todos os funcionários do governo. Até então, uma série de serviços públicos eram regidos pelas regras do setor privado. Muitos aposentados do setor público não contavam com aposentadoria integral, mas estavam sujeitas ao teto do INSS, e isso fez com que milhares de funcionários ganhassem os mesmos direitos dos demais do serviço público. Reinhold Stephanes, (PREVIDÊNCIA SOCIAL - uma solução gerencial e estrutural, 1993, pág. 149), descreve, *“Assim, os beneficiários vinculados às condições descritas passam, em média, mais tempo na inatividade do que em atividade. As pessoas atingem a aposentadoria na faixa dos 45 a 50 anos e têm uma expectativa de vida de 72. Dessa forma, receberão suas aposentadorias ou pensões durante 25 ou 30 anos”*. Só no governo federal, mais de 400.000 aposentadorias antes sujeitas ao teto passaram a seguir as regras do serviço público.

Mas houve outra medida, e esta pode ser considerada importante após a Constituição, foi à incorporação dos trabalhadores rurais ao sistema. Até então, apenas parte deles recebia aposentadoria, correspondente a meio salário mínimo. De lá para cá, o número de aposentados rurais cresceu enormemente. Além disso, o piso de um salário mínimo passou a valer também para o campo. São medidas justas que beneficiam brasileiros pobres, mas o ponto é que, como tudo na vida, isso tem um custo. Custo esse que possivelmente não foi sequer considerado na hora da concessão dos benefícios. Em 2002 os benefícios rurais foram responsáveis pelo déficit de R\$ 14,7 bilhões. Considerando que no setor rural, assiste quem pouco ou nada contribui. Assim Reinhold Stephanes, (PREVIDÊNCIA SOCIAL - uma solução gerencial e estrutural, 1993, pág. 148). *“existem sólidos argumentos, de ordem financeira e de justiça social, a favor da fixação da idade mínima para aposentadoria”*.

Para complicar, soma-se a todas essas distorções do caso brasileiro um problema que é universal: o envelhecimento da população. Isso é ainda mais grave para países jovens como o Brasil. De um lado, as mulheres estão tendo menos filhos. De outro, a expectativa de vida está crescendo muito. O resultado que é que há, proporcionalmente, mais idosos e menos jovens no país. Isso faz com que a relação entre trabalhadores na ativa e aposentados caia drasticamente. Reinhold Stephanes,(PREVIDÊNCIA SOCIAL - uma solução gerencial e estrutural, 1993, pág. 149).

“Nesse contexto, devemos também considerar, que têm boas possibilidades de fazer parte desse seleto grupo de aposentadorias precoces, as categorias incluídas nas denominadas aposentadorias especiais como jornalistas, aeronautas e professores, os quais se apresentam com respectivamente 25 e 30 anos de serviço, sendo mulher ou homem. Outros regimes como dos estatutários, militares juízes e parlamentares, têm seus privilégios e até legislações especialíssimas, permitindo, em alguns estados, a obtenção de aposentadoria antes dos 40 anos de idade.

Diante de um quadro tão grave, a questão que se abre é: o que fazer? Como construir bases atuariais sólidas para que a previdência não quebre o país? Uma

primeira solução seria aumentar as alíquotas de contribuição. Mas isso não faz sentido. No início a contribuição Previdenciária correspondia a 3% do salário. Hoje vai de 8% a 11%, dependendo da renda do trabalhador. Paralelamente, a parcela paga pelo empregador também cresceu. Antes, as empresas pagavam o correspondente a 3% do salário de contribuição. Agora, 22%. Somados, empregado e empregador recolhem o correspondente a 30% do salário em contribuições a Previdência. E nesse contexto fica tão caro contratar, que as empresas optam por não fazê-lo ou quando fazem, optam pela informalidade.

A informalidade, aliás, ajuda a explicar parte dos problemas atuais. Dado o emaranhado de leis da selva econômica brasileira, a parcela de trabalhadores formais vem caindo bastante nos últimos anos. Os trabalhadores informais muitas vezes não pagam nenhum tipo de imposto. Pior para as contas do governo.

Como não dá para elevar mais as alíquotas, é preciso alterar as leis que permitem as distorções na aposentadoria. E é importante ressaltar que avanços significativos já estão em curso. No governo FHC, foi aprovada uma série de medidas que começam a mexer com déficit. Em primeiro lugar, foi a idade mínima de aposentadoria de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres no setor público, embora não para o INSS. Mas a idade mínima só vale para quem ingressou no mercado de trabalho a partir de 1999, e irá se aposentar daqui algumas décadas. Todos os demais estão sujeitos a uma regra de transição muito mais leve, que diminui bastante o impacto de curto prazo.

Um segundo avanço importante foi à aprovação do fator previdenciário para os trabalhadores do setor privado. O fator é um número que deve ser usado na hora de calcular a aposentadoria do INSS.

É uma solução factível para equilibrar as contas do INSS. O ponto de partida da proposta para o INSS é que as pessoas posterguem suas aposentadorias, beneficiando-se de um valor maior. Isso se daria da seguinte forma: o tempo do benefício passaria a ser contado a partir de julho de 1994, ou seja, 60 meses, e não como o atual, os últimos 36 meses. À medida que as pessoas envelhecem cai o salário. Com o aumento para o cálculo do salário médio, a média do salário aumenta. Desse modo, quanto mais as pessoas retardassem sua aposentadoria, permanecendo na tiva, cresce a possibilidade delas se aposentar com um salário maior, até o teto de R\$ 1.255.

Um outro aspecto favorável é o estímulo àqueles que nunca contribuíram para o INSS. Esses trabalhadores, profissionais liberais, empregadas domésticas, etc- pode fazer parte do novo sistema previdenciário, escolhendo o valor da contribuição para receberem sua aposentadoria. Com isso terminaria a sujeição desse trabalhador à escada dos salários médios. Em resumo, essa proposta apresenta três aspectos positivos:

- 1) Àqueles que ainda estavam contribuindo no INSS, faz-se justiça social ao aproximar os valores presentes entre as contribuições pagas e o da aposentadoria;
- 2) como a base de cálculo do salário médio seria de 60 meses, a média do salário para efeito da aposentadoria aumentava e;
- 3) ao postergar as aposentadorias iria melhorar o fluxo de caixa do Tesouro Nacional.

Contudo para aperfeiçoar essa nova sistemática e garantir, o Congresso Nacional deveria aprovar uma emenda, fixando a idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos de idade para as mulheres como comentário acima, e não o tempo de 35 ou 30 de contribuição para obterem o benefício da aposentadoria no sistema INSS. Resultado, há economia por um lado, no setor Público, porém continuam distorções de aposentadorias por tempo de serviço no setor Privado. Porque mesmo com essa emenda há pessoas se aposentado muito jovens, em torno de 40 a 50 anos.

Ele foi construído de forma a forçar o trabalhador a permanecer mais tempo no trabalho. Quem decidir se aposentar mais cedo receberá menos, mas que ficar mais tempo trabalhando receberá uma aposentadoria maior. Foi uma forma indireta de atacar a falta de idade mínima para os trabalhadores do setor privado e as conseqüentes aposentadorias precoces. O déficit segundo alguns especialistas irá se estabilizar em torno de 2% do PIB nos próximos 2 anos. É muito pouco. Mas pela forma que está, já é um bom resultado. Isso mostra o tamanho do problema, o déficit do INSS estava em uma tendência tão explosiva que o fato de estabilizá-lo em 2% do PIB é uma boa notícia. Ainda que represente um peso a ser pago, ano após ano, pelos contribuintes.

Com o déficit do INSS mais ou menos controlado, o governo agora está tentando reduzir o déficit do setor público, que é muito maior. A idéia do governo anterior FHC e, que está sendo mantida no governo Presidente Lula, é passar a cobrar dos próprios aposentados. Essa idéia só não entrou em vigor no governo FHC porque foi barrada pelo Supremo Tribunal, por considerá-la inconstitucional, mas que está tomando força no governo do Presidente Lula. E nessa briga, conta com o apoio dos governadores, que também pretendem cobrar dos aposentados estaduais. Essa mudança será muito bem vinda, caso seja aprovada. O déficit do setor público, embora cresça menos que o INSS, é muito maior e precisa diminuir.

O problema é esbarrar em uma figura jurídica cada vez mais freqüente, a do direito adquirido. Sob o argumento de que as pessoas que estão hoje aposentadas já contam com um direito, as aposentadorias teriam se tornada intocável.

A despeito do debate jurídico, o ponto é que não se pode exigir que todos fiquem olhando o país se inviabilizar financeiramente. É importante notar que esses avanços ainda são tímidos. Por exemplo, falta enfrentar o custo crescente de aposentadorias rurais, a ausência de idade mínima do setor privado, a possibilidade de acumular salário e benefício e de ganhar mais como aposentado do que na ativa. André Lahóz, (Exame, 17/11/1999, pág. 179) "*E falta transitar do modelo atual de repartição para um modelo mais moderno de capitalização*".

É como funciona hoje o modelo previdenciário no México e Chile. Portanto o Brasil deveria olhar com mais atenção para este modelo.

Mas convenhamos, questões políticas aliadas à falta de consciência acerca do comportamento da conta previdenciária no longo prazo adiaram ao máximo o processo de discussão da Previdência brasileira. A garantia de cobertura dos pagamentos de benefícios por parte do Tesouro Nacional, ratificada pela Constituição (1988), fez com que diante de um déficit "astronômico", associado a um grave problema fiscal nas contas públicas, se firmasse a questão da necessidade de equilíbrio atuarial das contas previdenciárias.

3.3 REPARTIÇÃO x CAPITALIZAÇÃO

E para entender é preciso distinguir os dois modelos: o de repartição e o de Capitalização. Todos os países do mundo inicialmente eram o modelo de repartição. Nele, os trabalhadores da ativa pagam ao longo da vida uma contribuição à Previdência. Esse dinheiro é, a cada mês, usado para pagar as pessoas que já estão aposentadas, e isso leva cada geração a contar com a contribuição da geração anterior.

Esse sistema funcionou bem durante décadas por uma questão demográfica: o número de aposentados era pequeno em relação ao de trabalhadores. O problema é que, com o envelhecimento e o aumento da expectativa de vida da população, há cada vez mais aposentados para cada vez menos trabalhadores, que hoje é de 12 trabalhadores na ativa para cada 10 inativos. Foi aí que surgiu a idéia de outro modelo, chamado de capitalização. É o sistema no qual as contribuições de cada pessoa não são gastas, mas depositadas em uma conta pessoal e capitalizadas. O dinheiro é aplicado em títulos ou ações, dependendo das regras, e irá crescer ao longo da vida ativa do trabalhador. Quando ele se aposenta, terá acumulado um volume de recursos que será usado para pagar a sua própria aposentadoria. Cada um recebe de si mesmo. É um sistema justo, pois as pessoas ganham de acordo com a poupança acumulada. Além disso, é um sistema sem desequilíbrios e, se todos estiverem dentro dele, teoricamente o montante gasto com aposentadorias é exatamente correspondente ao volume acumulado. O governo apenas garante um patamar mínimo aos mais pobres que não conseguiram acumular o suficiente.

Na prática as coisas são mais complicadas. Um primeiro problema é a possibilidade de que o dinheiro seja mal aplicado e se perca ao longo do tempo. Um segundo é o custo elevado que as administradoras do dinheiro têm cobrado em países como o Chile, hoje o maior exemplo de modelo de capitalização. Como os bancos oferecem um produto que é basicamente o mesmo, aplicação de sua aposentadoria, têm de ganhar os clientes pelo marketing. E isso come um pedaço dos ganhos. Mas o maior problema tem sido a transição entre um modelo e outro. As contribuições dos trabalhadores atuais são inteiramente consumidas no pagamento de aposentadorias e, apesar disso, há um enorme déficit. Como fazer com que esse dinheiro deixe de ir para

os aposentados e possa ser depositado nas contas e aplicado? O Chile conseguiu fazer a transição porque o governo tinha um importante superávit nas contas. É difícil imaginar esse mesmo cenário no Brasil.

O modelo mexicano funciona na forma de capitalização: o dinheiro é aplicado no mercado financeiro por instituições privadas. Em breve todos os trabalhadores da iniciativa privada estarão depositando suas aposentadorias em contas pessoais nessas instituições. Lá, o sistema é dividido em três. Há uma aposentadoria mínima garantida pelo Estado a qualquer mexicano. Acima dela, há um patamar intermediário em que a contribuição é obrigatória e o dinheiro é administrado por bancos. Quem quiser ganhar mais pode fazer um plano complementar, que é opcional.

Não importa o país em que se busque inspiração, alguns pontos é importante. A distinção entre aposentados do INSS e do setor público tem de acabar. E um modelo mais moderno, todos os brasileiros devem contribuir para contas em seus nomes, onde o dinheiro é aplicado. O governo deve apenas garantir um mínimo aos mais pobres. O importante é que seja restaurado o equilíbrio atuarial: o que se paga é o que se recebe. Algumas conclusões importantes em toda essa história.

Primeira: o nó fiscal brasileiro é muito difícil de ser desatado. As contas da previdência são o principal motivo. A tendência muito clara, se nada for feito deverá continuar a piorar nos próximos anos.

Segunda: As contas públicas brasileiras se parecem com um jogo que já se inicia com placar de 5 a 0 para o outro time. Todas as contas do governo devem ser superavitárias para contrabalançar o rombo da Previdência.

Para tanto é extremamente importante retomar o crescimento econômico. O problema dos aposentados fica muito mais sério se a economia não cresce. Imagine uma situação em que o número de aposentados aumenta em 3% ao ano. Se a economia crescer 2%, haverá menos dinheiro para cuidar dos aposentados. Se a economia crescer 4%, o problema se acomoda mais facilmente.

Como ainda não houve uma reforma da Previdência, e sim, uma sucessão de reformas que, passo a passo, poderão lentamente desarmar a bomba-relógio que esta montada, definitivamente, para desarmá-la, só uma ampla reforma.

O ponto é que esse tema ainda vai causar muitas discussões neste governo, como afetam milhões de pessoas, elas são naturalmente lentas em qualquer país do mundo. A previdência lembra muito bem o "titanic". É por isso que é preciso a começa a mudar logo. Se deixar chegar muito perto do iceberg, manobra alguma evitará o desastre.

Com a reforma previdenciária proposta pelo governo federal terá efeito de redução de R\$ 65 bilhões, equivalentes a apenas 13,3% do déficit potencial de longo prazo da Previdência apurado no fim de 2002, valido aos atuais funcionários públicos ativos e inativos até o fim da vida deles. O calculo consta de nota de conjuntura divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada no Jornal o Estadão de 16/11/2003. Mesmo que a reforma seja aprovada sem alterações, a Previdência continuará com déficit. De todas as alterações na reforma Previdenciária proposta pelo governo, esta é a que deve garantir a maior economia, segundo o estudo.

Para um país, onde menos da metade da população contribui para a Previdência, ou seja 54,3%, percentual este que representa em números absoluto, mais de 40 milhões de pessoas, números divulgados pelo IBGE na síntese de Indicadores Sociais de 2002, em 12 de junho de 2003. A reforma previdenciária é extremamente necessária.

O país deve metade do que produz. Essa dívida não nos preocuparia caso o perfil de vencimento fosse de 25 a 30 anos. No entanto a dívida líquida do setor público vence em média a cada dois anos, o qual tem sido pago por meio de novos impostos e emissão de títulos do Tesouro, aumentando as taxas de juros no mercado financeiro, bem como reduzindo a renda disponível da sociedade. *Prof. De Economia FGV, Ernesto Lozardo (Jornal O estado de São Paulo, 07/07/1999). "O déficit previdenciário é a principal causa da falta de recursos para investimento do Governo Federal em projetos geradores de emprego".*

Em uma tentativa para eliminar esse "câncer" federal, em 1997, o Presidente FHC nomeou um grupo de "notáveis" para solucionar o descontrolado e crescente déficit da previdência. Esse grupo mostrou que a solução ideal seria o sistema de capitalização individual: aqueles que ainda contribuem para o sistema de aposentadoria receberiam um bônus de valor compatível com as contribuições já efetuadas. Ao fazer essa

transição do sistema atual para o de capitalização individual, se toda a massa de contribuintes optar por esse sistema, o Tesouro Nacional deveria emitir bônus cujo montante excederia algumas vezes o valor do PIB brasileiro. Há estimas para um total de R\$ 1,5 trilhões o valor dessa emissão, ou seja 2,5 vezes o PIB brasileiro. Isso explodira ainda mais a dívida pública, elevando a taxa de juro, tornando nula a capacidade de investimentos do governo federal, agravando ainda mais a face da miséria nacional. Pode até parecer heresia, perversidade ou uma afronta à inteligência nacional, mas um dos principais inimigos do Plano Real, o economista norte americano Jeffrey Sachs, foi convidado a emitir um parecer sobre a proposta de capitalização individual e previdenciária brasileira, considerou-a "incompatível com a realidade brasileira". Isso não quer dizer que o sistema de capitalização não seja viável. No Chile ele se viabilizou, mas época da transição, há 22 anos, o Tesouro daquele país contava com um superávit da ordem de 10% do PIB. Assim, se algum dia, o Tesouro brasileiro apresentar essa condição financeira, a instituição de um sistema de capitalização individual poderá ser possível.

Mas seja qual for o seu destino no Congresso e o tempo necessário para que produza efeitos desejados sobre a combalida estrutura do gasto público, caso aprovada, a Reforma Previdenciária, constitui um avanço de notáveis proporções de atacar efetivamente o problema número um das contas do Estado brasileiro, pelo alcance das mudanças concebidas, pela quase certeza de que esta iniciativa dasatará um processo sem volta e mesmo que seu desfecho fique aquém do ideal, com certeza implicará em grandes mudanças econômicas para este País.

3.4 REFORMA TRIBUTÁRIA

Vimos que nos últimos oito anos a carga tributária brasileira vem crescendo seguidamente. Em 1993 representava 25% do PIB, 1994 – 28,6%, 2002 bateu um novo recorde, chegando a 36,4% do PIB, depois de fechar 2001 com 35,5%. Nos 8 anos de governo FHC a carga tributária cresceu em 248%, passou de 25,% em 1993 para 36,4% em 2002 do PIB, ou seja um aumento impressionante de 11,4% do PIB. Arrecadação dos impostos passou de R\$ 136,7 bilhões para R\$ 476,6 bilhões no mesmo período, já o PIB brasileiro não teve o mesmo vigor: cresceu 173%, saltando de R\$ 477,9 bilhões para R\$ 1,3 trilhão.

Em 1993, por exemplo, cada cidadão pagou o equivalente a R\$ 700 reais de impostos, em 1999, esse valor já eram de R\$ 1,8 mil, avançando para R\$ 2,4 mil e em 2001 atingindo o patamar de R\$ 2,7 mil. Com indicadores tão fortes de que nossa economia é muito vulnerável, acrescentando ainda a não competitividade de nossos produtos no mercado externo devido tão elevada carga tributária, como fazer para recuperar a estabilidade de um país onde a credibilidade de nossos investidores pode, e é medida na Balança Comercial.

A tradição do país é que, uma vez identificado um determinado problema, a solução se dará aumentando o volume de recursos públicos para solucioná-lo. E como disse o ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan, (Exame 10/2002) *“Há apenas três maneiras de financiar um novo gasto: com aumento de impostos e contribuições , com um endividamento público ou com a inflação. Se não quisermos que a inflação volte, se há limites para o endividamento e para o aumento da carga tributária, não há alternativa se não discutir a estrutura do gasto público”*.

Para tanto governar é fazer escolhas. Mas não é preciso consultar grandes especialistas para saber em que pé anda esse risco.

A incerteza do mercado financeiro quanto à futura política econômica do país era tanto, que o próprio processo eleitoral, carregava o dolar nas alturas, estava pondo a estabilidade à prova, trazendo à tona o risco de volta da inflação.

O “Risco Brasil” medida pela confiança de nossos investidores, pode também estar atrelado ao cenário internacional. Há hoje uma versão ao risco sem paralelos em

décadas, o fim de uma bolha nos Estados Unidos, incertezas em relação aos balanços das empresas americanas depois de fraudes contábeis, retração do comércio internacional, nuvens sobre o crescimento das economias americana, européia e japonesa, emergência de protecionismo nos países ricos, incerteza de natureza política - militar no Iraque e conseqüentemente sobre o preço do petróleo.

Mas ainda assim, chegar a comparar nossa economia a da Argentina, é um desconhecimento enorme. As diferenças são tão enormes. A Argentina tinha uma dívida em dólares e detida fundamentalmente por residentes no exterior. Nossa Dívida doméstica é denominada em reais, liquidada em reais e detida por residentes no Brasil. A dívida interna é totalmente pagável, mas para isso é necessário que se faça às reformas.

A economia brasileira sem as devidas reformas mostra que é muito frágil, sempre que ameaçava levantar vôo, acabava contida por acontecimentos inesperados. Quando não eram as crises no México (1994), Ásia (1997), na Rússia (1998), o próprio Brasil (1999) ou na Argentina, eram os ataques terroristas a Nova York, ou mesmo a ameaça do apagão.

Porém a criatividade na Industria ante a desvalorização do real é algo impressionante. A busca de novos mercados já fez da China nossa segunda maior compradora. Leva de soja em grãos até aviões e carros populares. Mostrando que apesar da desaceleração da economia, o setor exportador continua a toda velocidade. O saldo positivo da balança comercial, até a primeira semana de junho 2003, é de US\$ 8,5 bilhões e as exportações já encosta-se aos US\$ 30 bilhões. É um resultado que ajuda o Brasil a fechar as contas e mostra que o país está conquistando novos mercados.

Quem já fez crediário sabe que ninguém aprova a venda sem antes saber qual é sua renda. Só pode comprar quem comprova que pode pagar. O mesmo vale pro Brasil. Quem empresta dinheiro quer saber se o país tem condições de pagar. E comprovante da renda de um país é a sua capacidade de exportar. No Brasil, para cada US\$ 3 de dívida só se exporta US\$ 1. No México essa relação é de US\$ 1 pra US\$ 1. E o risco país segue a mesma proporção.

Mas para dar maior abertura as exportações e competitividade com o mercado externo só uma grande mudança na legislação tributária. O brasileiro convive com pelo menos 60 taxas, contribuições e impostos diferentes. Mais de 3 mil normas tributárias, com 55.767 artigos, 33.370 parágrafos. Os impostos em cascata, que incidem sobre cada uma das etapas da produção são considerados os piores. Encarecem o produto, atrapalham as exportações do país. *Economista Celso Martone, em entrevista ao (Jornal Nacional 28/04/2003), definiu, "A carga tributária brasileira é alta demais, cresceu muito em dezoito anos e hoje está a um nível que inibe o crescimento do país". A consequência mais séria disso é o desemprego. A falta de condições de gerar novos empregos.*

O sistema tributário brasileiro está ultrapassado, deixa muito espaço para a sonegação, o consumidor nunca sabe quanto paga de verdade e as empresas perdem competitividade. O que se quer, portanto, é uma reforma profunda. Como disse Raul Veloso, economista e colunista da Anoticias 26/07/2001, "*Não há saída fora reduzir as taxas de risco do País. Em outras palavras, fazer ajuste fiscal para valer – sustentável e de qualidade*".

Mas a proposta que está hoje na mesa é modesta. A carga tributária geral não vai cair e o número de impostos vai continuar o mesmo. Portanto uma carga tributária mais baixa é o desejo dos brasileiros que sentem o peso dela no bolso, para se ter idéia os tributos ficam com cerca de 30% da renda das famílias de classe média. São quase quatro meses de trabalho por ano só para pagar impostos. *Economista Marcos Cintra (Jornal Nacional, 29/04/2003), "A filosofia básica é essa: um sistema tributário onde todos pagam, todos pagam pouco, todos pagam menos. É o que o Brasil precisa".*

A principal econômica da era FHC, implantado no novo governo, chamado reforma tributária, talvez o mais esperado conjunto de alterações no dia-a-dia das empresas instaladas no país, e que só agora vem tomando as devidas proporções para que seja feita, pode ser descrito da seguinte forma: não há ninguém que se manifeste a favor do sistema de impostos em vigor. Existe um consenso quase absoluto de que é preciso urgentemente alterar o caos tributário que retira a competitividade da economia, encarecem os produtos, descapitaliza as empresas, barra o investimento e impede o crescimento de emprego. Empresários, políticos, advogados, economistas, Presidente

Lula, enfim, todos concordam com a prioridade da reforma Tributária. No entanto nos 8 anos de governo FHC, muito pouco ou quase nada foi feito. O que aconteceu nesse tempo que parece ter impedido a modernização da Economia? Se todo mundo concorda porque a reforma Tributária simplesmente não consegue avançar. Se a reforma tributária ou reformas, são projetadas em função da necessidade de fomentar o desenvolvimento do país, a desoneração das exportações e o incentivo ao crescimento econômico sustentado, fica ainda mais difícil entender, por que ainda não foram feitas. A tributação brasileira onera por demais alguns e permite que outros não suportem ônus tributário algum, também incide preponderantemente sobre o setor produtivo, e de forma antieconômica, e tem inúmeros tributos desnecessários ou sobrepostos, e complexos. Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação das Industrias, em entrevista ao Jornal ODIA. *“Devemos mudar o sistema tributário para que não amarre o desempenho da economia”*.

Portanto a reforma é fundamental por diversos motivos. Para começar pela questão da competitividade. O formato atual de impostos retira da economia poder de competição exatamente num contexto de globalização e possível entrada em vigor da ALCA, (Area de Livre Comércio das Américas), num momento, portanto, em que ser competitivo é questão de vida ou morte. Do jeito como está, há um verdadeiro incentivo para que se importem produtos que já são produzidos no Brasil. E isso ocorreu na Industria de Alumínio, vejamos como isto acontece:

Em entrevista a revista (Exame de 05/09/2001, pág. 49) o executivo mineiro João Bosco Silva, presidente da subsidiária brasileira da ALCAN, não saberia como justificar aos seus chefes canadenses o que teria ocorrido no Brasil. Uma das maiores fabricantes globais de alumínio, concluída em 1998 no município de Pindamonhagaba - São Paulo o maior investimento fora do Canadá, na ordem de US\$ 360 milhões, para expandir sua area de laminação, acreditando nas condições equilibradas de competição no mercado brasileiro, e isso não aconteceu. A desvalorização cambial aumentou os custos de produção. Alguns estados como o Espírito Santo e Ceará, passaram a oferecer incentivos a importação de alumínio que utilizassem seus portos. Além disso a comutatividade do PIS, da Cofins e da CPMF sobre a cadeia produtiva acabou gerando uma vantagem para o produto importado, isso mostra que o investimento no Brasil as

vezes se torna inviável, pois são penalizados pelos impostos que os importados não pagam. Esse é um ponto que foi reconhecido pelo ex-secretário da Receita Federal, Everaldo Maciel, (Exame 05/09/2001 pág. 50). E mesmo assim, ainda teve o descalabro de dizer que o sistema tributário brasileiro não prejudica as exportações e não tira competitividade, argumentado que o imposto em cascata é ressarcido no caso dos produtos exportados. Onde ocorre um desequilíbrio é no caso do produto importado, que paga muito menos PIS e Cofins. Isso gera desequilíbrio competitivo, por isso estamos propondo igualar o tratamento entre as importações e a produção doméstica no caso da Cofins. Podemos aumentar os impostos sobre os importados, diminuir os dos nacionais ou ambos.

Para quem pensa em bater recordes de arrecadação, isto no mínimo é típico a suas atitudes, não viver a realidade Industrial de nosso país.

O país perde também na briga pelo capital externo, que certamente viria com mais força caso se modernizasse no campo tributário. A atratividade também é afetada pelo absurdo supremo de incidirem impostos sobre a produção de máquinas, para um país que precisa desesperadamente ampliar sua base produtiva, não há nada menos inteligente.

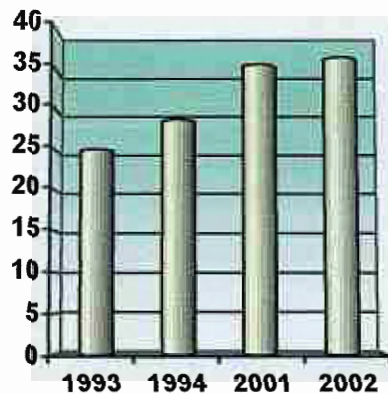
Os fabricantes brasileiros, ao contrário de seus concorrentes em outros países, pagam tributos na aquisição de peças para montar produtos, que em componentes de informática essa taxaçoão pode alcançar 32%. Além disso, ao longo da produção, somente PIS, Cofins e CPMF, recai uma carga de mais de 10%, considerando uma cadeia com cinco etapas de fabricação.

Por fim, empregar no Brasil custa caro. Desonerar a produção significa liberar o crescimento econômico, permitir que as empresas prosperem e aumentem os números de postos de trabalho. São tantos benefícios que fica difícil entender porque a reforma simplesmente não sai do papel.

Para começar a desvendar esse paradoxo, é interessante olhar o que vem acontecendo com a arrecadação nos últimos anos, em 1993 representava 25% do PIB, 1994 - 28,6%, 2002 bateu um novo recorde, chegando a 36,4% do PIB, depois de fechar 2001 com 35,5%. Nos 8 anos de governo FHC a carga tributária cresceu em 248%, passou de 25% em 1993 para 36,4% em 2002, do PIB, um aumento

impressionante 11,4% do PIB, que representam um avanço sobre o bolso das pessoas físicas e o caixa da empresas sem precedentes na história do país.

Nos últimos 10 anos, a receita tributária brasileira cresceu mais de 11 pontos percentuais em relação PIB – em %. Elaborado pelo autor



Números estes divulgados pela Secretaria da Receita Federal, e dito com um indisfarçado orgulho pelo secretario Everardo Maciel. Atualmente, o Brasil arrecada proporcionalmente mais que o Japão ou que os Estado Unidos. Os demais países latino-americanos mantêm uma carga tributária de cerca de 20% do PIB. Com isso , tanto dinheiro entrando nos cofres do governo, o ímpeto reformista do governo se apequenou. Pior: o sistema tributário herdado do periodo pré-Plano Real não apenas foi mantido, como boa parte de suas mazelas foi acentuada. Vários impostos que deveriam ser eliminados tiveram suas alíquotas aumentadas e hoje batem recordes de arrecadação. O grande problema da tributação sobre o setor produtivo encontra-se nas diversas contribuições sociais existentes principalmente o PIS e a Cofins, chamados impostos em cascata (cumulativos), o maior descalabro do sistema Tributário brasileiro. Um imposto em cascata é cobrado de cada uma das etapas produtivas, o que significa dizer que poderá ser taxado varias vezes. A alternativa é o imposto sobre o valor agregado, que incide apenas sobre o quanto cada empresa efetivamente ajudou na produção. Elimina-se assim a repetição da tributação, portanto, quanto maior for a cadeia produtiva, maior e o efeito da cumulatividade no custo do produto.

Em palestra proferida na Federação das Indústrias de Santa Catarina, em 28/05/1999, Florianópolis, SC., Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Prof. Da Universidade Mackenzie (São Paulo), explicou o significado do IVA.

“O imposto sobre o valor agregado significa um amplo tributo sobre o consumo cobrindo todas as etapas de produção, desde o início, da aquisição das matérias primas ou aquisição de bens de capital e equipamentos, que seriam utilizados na produção de bens, passando pela distribuição até o consumo final. Dessa forma, a técnica de tributação pelo valor agregado se protege na tributação do valor que se agrega em cada uma das etapas da operação. Quando chegasse na ponta final, o contribuinte teria plena ciência de quanto daquele preço equivale a tributos, com a vantagem adicional que ao identificar dentro do preço daquele produto o valor do tributo respectivo, é possível excluir a tributação no caso da exportação. Nenhum país do mundo, ou melhor nenhum país sério do mundo, procura implementar como política de exportação, a exportação de tributos, porque exportar tributos, como é óbvio, não torna competitivo os preços dos produtos no exterior. Daí o caráter racional do sistema adotado pela União Européia, no sentido de trilhar com imposto sobre o valor agregado, permitindo a correta identificação do tributo incidente nos produtos respectivos e mais, permitindo excluir da exportação todo o tributo que havia sido agregado na produção”.

Esse conceito de tributação sobre o consumo, como destacado acima pelo Prof. Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, é mostrar como convive hoje no nosso sistema tributário, um amplo número de impostos cumulativos, que vão se escondendo no preço dos produtos que fabricamos e torna a nossa economia totalmente distorcida. Essa distorção também é exportada, que dizer, dando muito menor competitividade aos produtos brasileiros levados ao exterior. Isso prejudica totalmente a eficiência do sistema econômico. A alíquota do PIS é a mesma desde o seu início, 1974: 0,65%. Já a alíquota da Cofins subiu de 2% para 3% em 1999. A CPMF foi criada em 1994 (com o nome IPMF) com alíquota de 0,2%, Em junho de 2000, foi elevada para 0,38%. Para um imposto provisório, além de aumentar a alíquota, ela já está em tramitação no

Congresso para se tornar uma Contribuição permanente. Que não reste dúvida: o efeito desse tipo de imposto é muito maior hoje do que há alguns anos.

Por exemplo alíquotas mais altas estimulam a sonegação, o que sem dúvida é problema gravíssimo. A explosão da economia informal no país tem como uma de suas explicações o próprio peso da carga tributária. Com o aumento da carga tributária, fugir dos imposto se tornou uma questão de sobrevivência, principalmente para as pequenas e médias empresas.

O efeito da informalidade vai além da perda de arrecadação pelo governo, isso porque em setores por mais competitivos que seja, quem paga imposto não consegue sobreviver concorrendo com quem não paga.

Os impostos em cascata desorganizam a economia . André Lahóz, (exame 25/12/2002, pág. 44), *“Isso estimula à produção de bens pouco elaborados, como os primários”*.

A Incidência em cascata representa problema também para exportadores. Na hora de vender o produto lá fora, o peso de três tributos acima pode prejudicar o negócio. O que ajuda a explicar o desempenho *“minguado”* das vendas externas do país. Já há alguns anos a Receita reconheceu o efeito e resolveu retirar a incidência desses impostos sobre os bens exportáveis. Mas permanecem duas questões. Em primeiro lugar, o ressarcimento é apenas parcial, pois é muito difícil saber quanto devolver a cada empresa com a exoneração dos impostos em cascata. Em segundo a Receita não devolve dinheiro, mas dá em créditos tributários. Traduzindo – a empresa que exporta fica com o direito abater imposto no futuro, é lógico, desde que tenha imposto a pagar. E isto funciona como obstáculo ao crescimento das exportações. Exemplo: o ferro vira aço, que vira lamina de aço, que vira porta de carro, que vira carro, que é vendida a concessionária e só então chega ao consumidor, o imposto em cascata é cobrado de cada uma das etapas. O conceito seria desonerar totalmente de impostos os produtos a serem exportados. O correto também seria extinguir os impostos cumulativos também para a produção que fica no país.

Os tributos emperram tantas as exportações que um exemplo vem da industria têxtil. Dez anos atrás o Brasil confeccionava Jeans, e o México não. Hoje o México exporta 280 milhões de peças por ano para os Estados Unidos, e o Brasil, apenas 3

milhões. Portugal o dobro. As exportações nesses países recebem atenção especial. O tratamento diferente significa em primeiro lugar nenhuma incidência fiscal sobre a produção, contando também que não recai imposto sobre o lucro gerado pela exportação.

Em uma pesquisa divulgada pela Andersen em 1999 com 28 Países mostra que o Brasil está entre os poucos que mantêm tributos sobre o faturamento das empresas e sobre a movimentação financeira.

Países que cobram tributos sobre o faturamento		sobre a movimentação financeira		Países que não cobram nenhum dos tributos
Brasil	3,65%	Argentina	0,60%	Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália França, Espanha, Portugal, Equador, Japão Inglaterra, Áustria, Holanda, Guatemala, Chile Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura, Filipinas Taiwan, Tailândia, Malásia, México, Peru e Chile
Argentina	3,00%	Argentina	0,50%	
Bolívia	3,00%	Brasil	0,38%	
Argentina	1,50%	Colômbia	0,20%	
Colômbia	1,00%			

Com menos impostos e financiamentos para investir em máquinas para produzir, com certeza exportaríamos muito mais.

3.5 IVA – IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Portanto, uma boa solução para melhorar o sistema tributário seria retirar a cumulatividade de tributos como Cofins e PIS, transformando em imposto de valor agregado (IVA).

Já a CPMF é um tributo que não tem o menor valor econômico. Criado pelo Ex-ministro Adib Jatene, como um imposto provisório para financiar a Saúde pública e, que além de ter a maior possibilidade de se tornar permanente, serve apenas para atrapalhar a economia, e isso, ajuda a explicar porque não há mercado de capitais no país.

Mas não é apenas o governo federal que vem barrando a reforma. Ela esbarra também em um problema. A falta de consenso entre os governadores de Estados. E nesse campo diz respeito ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), a maior fonte de receita estadual. Estamos presenciando diariamente na mídia a confusão que isto está causando. Exemplo: A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, ameaçou taxar em 18% o ICMS sobre a produção de Petróleo na origem, caso o governo federal mantivesse a proposta de tributar no destino. Trata-se de um imposto com uma legislação extremamente complexa, pois varia em cada unidade da Federação.

O ICMS está no centro de outra distorção: o da guerra fiscal. Com os Estados têm autonomia para fixar as alíquotas, podem utilizar a redução desse imposto para atrair empresas já instaladas em outras regiões. Quem não se lembra da disputa em torno da fábrica da Ford no Rio Grande do Sul, que acabou indo para a Bahia? Ou pela Renault aqui mesmo no Paraná.

Uma mudança na Legislação nesse momento se torna preponderante para unificar a legislação e, acabar com essa guerra fiscal que, na maioria das vezes sai penalizado os Estados oriundos da falta de estrutura ou recurso financeiros. Mas para unificar será preciso definir com quem fica o imposto. O estado no qual o bem é produzido ou consumido, na origem ou no destino?

Com tantos obstáculos, dentro e fora do governo, o fato é que está muito difícil chegar a um acordo. O ex-presidente FHC foi eleito e reeleito com a promessa de fazer

as reformas, no entanto em seus oito anos de governo se tornou frustrante o avanço da reforma. Durante anos as contas públicas tiveram em profunda desordem, com o governo sistematicamente gastando mais do que arrecada. Por isso mesmo as Reformas, é ponto de partida para avanço da economia de qualquer governo sério. Com essa discordância em torno do ICMS, se torna remota que a carga tributária se reduza em curto prazo. Mas é o caminho vital para a modernização do País. Eliminar os impostos em cascata, acabar com a guerra fiscal, tributar menos a produção e mais o consumo, parece pouco mas colocaria a economia do Brasil mais próxima dos países desenvolvidos. E para isso é necessário também cortar uma série de despesas públicas, e nos últimos anos o desempenho desses governos é muito tímido. Na verdade, o gasto público só tem crescido e não diminuído. E o ajuste fiscal só está sendo discutido e, poderá até sair ainda este ano, mas porque, não é possível ampliar a arrecadação, isso mostra pelos números de receitas arrecadas pelo governo em 2002, que foi recorde no governo FHC, portanto 'hora de cortar as despesas. O lamentável disso tudo, mesmo mostrando um cenário apático, é ver que tão pouco foi feito.

Hoje é muito melhor preparado do que alguns governos anteriores, do ponto de vista de preparação técnica. Embora as vezes ainda pareça que o governo, levando-se em consideração as esferas políticas brasileiras, não tem a plena concepção das bases econômicas para fins de tributação, ou melhor dizendo, de quem é que paga as contas dos gastos públicos. Quando analisamos a riqueza que é tributada, verificamos que é sempre o mesmo cidadão que será tributado quando adquire a riqueza.

As distorções do nosso sistema, levam a que, cada vez mais o governo de menos liberdade as empresas. O governo tem feito reformas tributárias sim, infra constitucionalmente, ou seja, o governo tem alterado nesses últimos seis, sete anos substancialmente nosso sistema tributário. E todas as alterações que o governo vai fazendo, cada vez mais acaba taxando não só as empresas mas o cidadão em geral. Na realidade o que se está fazendo é diminuir níveis de lucratividade dessas empresas, e ao diminuirmos substancialmente níveis de lucratividade da empresa, impede-se o acionista ou proprietário daquela empresa de deter recursos para reinvestir no seu negócio, ou desestimular o risco industrial, empresarial, que está sendo assumido pelo

acionista, de tal forma que o acionista prefira em vez de produzir e assumir risco, pegar o seu dinheiro e aplicar no mercado financeiro, que se torna muito mais rentável.

Como é possível, num regime em que as empresas lutam para sobreviver, como é possível num regime em que o cidadão luta para manter seu emprego, que o governo, de forma reiterada, bata recordes de arrecadação a cada mês? Ou seja, se toda tributação se lastreia na produção de riqueza e o que estamos dizendo é que justamente a riqueza não está sendo produzida porque estamos em recessão, o sujeito está desempregado, como é então que o governo consegue a cada mês manter índices recordes de arrecadação?

Com essa distorção, o governo está esvaziando o patrimônio das empresas, dos acionistas, dos seus trabalhadores, e conseqüentemente gerando mais desempregados. Então, no mínimo é assustador o regime em que vivemos hoje, fruto dessas grandes distorções de nossa sistemática tributária. Isto mostra que cada vez mais estamos transferindo patrimônio do setor privado, para cobrir rombos pela má administração dos governos. E infelizmente isso gera consequências altas no meio social que o Brasil enfrenta. Convivemos com uma certa riqueza aqui no Sul e com uma pobreza altamente no Norte e Nordeste do Brasil.

O Brasil tem também a necessidade e o dever de estar em pé de igualdade, ou pelo menos perto disso, com as melhores práticas econômicas mundiais. O que não dá mais, é ter inflação alta, gastos públicos descontrolados nas regras econômicas a cada minuto. E não dá para ter imposto como a CPMF, que é considerado por muitos analistas como um imposto “burro”, que só prejudica a produção e mina a competitividade, ainda mais com a perspectiva da ALCA num futuro próximo, que pelo calendário proposto, já começa a se materializar no início de 2006. *Gianetti da Camex (Exame, pág. 49, 05/09/2001)*, “Se não corrigirmos as distorções, não vamos evoluir para uma economia moderna e integrada, se a mudança não vir por convicção, virá por necessidade”.

Durante os últimos anos de governo FHC, não cansou de afirmar que a reforma tributária era “prioridade absoluta”, o mínimo a dizer das propostas de alteração na estrutura de impostos é que fora muito, mas muito decepcionantes. Uma vez mais ficou

prevalecido a lógica dominante da gestão FHC: aumento da carga tributária , com a conseqüente penalização dos setores produtivos e dos assalariados.

Os números da gestão FHC falam por si, (gráfico pág. 31) de 25% para 36,4% do PIB. Pior: sem que nenhum dos vícios recorrentes do país nesse campo tenha sido alterado. Ao comentar o aumento de 40% da receita da União de janeiro de 1995 a abril de 2001, o ex-secretário da Receita Federal , Everardo Maciel, um dos mentores dessa política, reconheceu que o governo “foi longe demais”, porém o mesmo Everardo Maciel não disfarçava o orgulho pelo recorde alcançado na receita da União, em entrevista para a Revista Exame em setembro 2001, Edição nº 18.

Já que admitia o erro, imaginava-se que o ex-secretário fosse esforçar-se para corrigi-lo. Não foi o que se viu. A CPMF, o chamado “imposto do cheque”, não apenas sobreviveu como foi prorrogada até 2004 com alíquota atual, de 0,38%. E que hoje o mesmo governo que era contra a CPMF, se esforça para torna-la um imposto permanente, com a alegação de que recebeu um Brasil totalmente quebrado e, que se ficasse sem esta receita, seria ainda maior o impacto nas contas públicas..

Nem mesmo as operações em bolsa ficaram de fora. Mantém-se assim a incidência em “cascata”, ou seja sobre cada operação ao longo das cadeias produtivas. E vai embora definitivamente qualquer chance, pelo menos até 2004, de que um mercado de capitais de verdade vingue no país. Da mesma forma, o PIS e a Cofins não perdem sua característica cumulativa, houve apenas mudanças cosméticas para exportadores.

Não é para menos que a “reforma”, gestão FHC, foi imediatamente batizada de “remendão”, exceto por alguns avanços significativos. Porém o resultado desse equívoco do governo é que as empresas continuarão sufocadas e com isso o país terá menos crescimento, menos emprego, menos renda e mais pobreza. Portanto o mínimo que se pede ao governo Lula, é que apresente uma reforma séria e bem acabada. E esperamos que isso não leve mais 7 anos.

3.6 REFORMAS x RISCO BRASIL

Como debate tem atravessados governos, algumas ações têm sido desencadeadas no sentido de aprimorar o sistema Previdenciário e Tributário, entretanto nenhuma foi capaz de trazer uma solução à altura do problema. Como o tema está na agenda do dia, com total força, há expectativa de última aposta nas propostas do atual governo. A questão é grave e o governo e a sociedade deve encontrar a melhor solução.

Esta fase deve contemplar, necessariamente, a mudança no conjunto de leis e regras que regulam o funcionamento da atividade do setor privado no Brasil, contribuindo para reduzir diretamente o “Custo Brasil”.

As transformações que vem ocorrendo na economia brasileira e mundial resultam na adoção de um paradigma produtivo, baseado na flexibilidade, na desverticalização e em intensa competição, paradigma esse que é incompatível com a estrutura brasileira, caracterizada por uma legislação trabalhista obsoleto e por um sistema tributário que penaliza a atividade produtiva.

O sistema tributário hoje é, sem dúvida, o mais graves dos componentes do “Custo Brasil”, afetando diretamente e decisivamente a competitividade da produção nacional. Nosso sistema tributário impõe uma carga de impostos concentrados e mal distribuídos, com sobretaxação do setor produtivo e uma inaceitável tributação sobre as exportações e os investimentos.

Tributos como o PIS a Cofins e a CPMF, que não são encontrados em países com os quais competimos, implica em uma terrível desvantagem para o produtor nacional e leva as empresas uma situação desigual de competição, já que os preços se apresentam inflados pela excessiva extorção fiscal, além de uma parafernália de tributos, que implica em custos acessórios para os contribuintes.

Exatamente por isso, as reformas interessam a toda sociedade brasileira, pois é vital para o crescimento da produção, dos empregos, dos investimentos e das exportações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Risco Brasil, mesmo com indicadores positivos de nossa economia, esse indicador empregado pelo mercado financeiro, pode causar grandes danos a nossa economia e, seu impacto no mercado financeiro poderá fazer “estragos” violentos. E isso com certeza, assusta qualquer investidor e consumidor, prejudicando imensamente nossa atividade produtiva e, também aumentando nossa dívida pública, pelo simples fato de que parte dela é indexada ao dólar.

Essa avaliação “nota” definida pelo JP Morgan gera efeitos negativos em nossa economia real. Pois afeta diretamente o câmbio, empurrando o dólar cada vez mais para cima, dificultando a queda de juros e travando qualquer decisão de negócios, tanto de investidores externos como investidores internos, que conseqüentemente pressiona a inflação.

Para se ver, é um indicador muito importante, porque tem força para mexer com a bolsa, o câmbio, os juros, em síntese, toda a economia.

Mas as consequências deste índice empregado pelo sistema financeiro, pode mostrar a fragilidade de uma economia. Razão pela qual a reforma Tributária e Previdenciária vêm ocupando a agenda de prioridades do novo governo. Por representar gastos vultuosos, como se fosse uma sangria incontida de recursos públicos, o governo Lula dá todas as indicações de que as Reformas finalmente vão ser realizadas.

As projeções para o déficit público são alarmantes, 2002 chegou aos R\$ 70,8 bilhões, e as previsões para este ano 2003 não são nada animadoras, pois esta na casa de R\$ 80,1 bilhões. Por isso que é chamado de conta em aberto, ninguém sabe ao certo onde vai parar. O que se sabe, se nada for feito, a dívida com os aposentados se tornará impagável. E essa situação é resultado de uma série de distorções, e a maior delas é a ausência de uma idade mínima na hora de se aposentar. Desde a constituição de 1988, quem tenha trabalhado 35 ou 30 anos no caso das mulheres pode se aposentar, e isso explicam uma quantidade enorme de aposentadorias precoces no país. Todos esses agravantes, mais o aumento do trabalho informal provocado pela recessão, pode gerar um contingente enorme de idosos sem fonte de renda. O que poderia ser chamado de uma “*bomba social*”.

Mas um segundo agravante para este Risco Brasil, esta na carga Tributária, que nesses últimos 8 vem crescendo seguidamente, em 1993 representava 25% do PIB, já em 2002 esse percentual passou para 36,4 do PIB, houve consideravelmente um aumento de 248% na carga tributária, enquanto o PIB brasileiro, cresceu somente 173%. E o grande problema da tributação sobre o setor produtivo, esta nas diversas contribuições sociais existentes, principalmente o PIS, a Cofins e a CPMF, chamados de impostos em “*casca*ta”. Esses impostos é cobrado em cada uma das etapas produtivas, o que significa dizer que o produto pode ser taxado varias vezes.

O Brasil perde também na briga pelo capital externo, que certamente viria com mais força caso se modernizasse no campo Tributário. Impostos cumulativos ou em “*casca*ta” como é chamado, vão se escondendo no preço dos produtos que fabricamos e torna nossa economia totalmente distorcida. E essas distorções também são exportadas, dando muito menor competitividade aos produtos brasileiros levados ao exterior.

Com todas essas distorções, o governo acaba esvaziando o patrimônio das empresas, dos acionistas, dos trabalhadores, que conseqüentemente acaba gerando mais desempregado. E são impostos desse tipo que estimulam a sonegação, que sem dúvida é um problema gravíssimo. Isso explica a economia informal no país, que tem como uma de suas explicações o peso da carga tributária.

Portanto, a economia brasileira sem as devidas reformas mostra que é muito frágil. E esperamos que isso não leve mais oito anos. Caso contrario, as empresas continuarão sufocadas e com isso o país terá menos crescimento, menos emprego, menos renda e maior pobreza.

5. BIBLIOGRAFIA

NOBREGA, Mailson da, **Brasil em transformação**. São Paulo – O – GENTE/2002.

NOGUEIRA, Rio, **A CRISE MORAL E FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA**, São Paulo DIFEL, 1985.

ORNELAS, Waldeck, **A PREVIDÊNCIA SOCIAL EM FASE DE TRANSIÇÃO**, Editora José Olympio, 1999.

STEPHANES, Reinhold, **PREVIDÊNCIA SOCIAL - uma solução gerencial e estrutural**, Gráfica Editora, 1993.

*VELOSO, José Oly – REIS, João Paulo dos, **Brasil desafios de um país em transformação**. São Paulo – Editora.

*Exame, revista, edição 774. São Paulo – Editora Abril/2002

*Exame, revista, edição 778. São Paulo – Editora Abril/2002

*Exame, revista, edição 779. São Paulo – Editora Abril/2002

Jornal O Estado de São Paulo

***Sites da internet**

***[http.www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).**

***[http.www.ecofinance.com.br](http://www.ecofinance.com.br).**

***[http.www.estadão.com.br](http://www.estadão.com.br).**

***[http.www.gazeta mercantil com.br](http://www.gazeta_mercantil.com.br)**

***[http.www.redeglobo.com/jornal nacional](http://www.redeglobo.com/jornal_nacional)**